

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO COMO INDUTOR DE POLÍTICA CURRICULAR: ANÁLISE A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROEMI NO PARANÁ

SERGIO RICARDO FERREIRA¹
E-mail: sergioferreira1966@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada durante o curso de Mestrado em Educação, tendo como objeto de estudo o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído pelo Ministério da Educação em 2009 com o objetivo de induzir as escolas a um novo redesenho curricular com proposição de ações de contenção às taxas de abandono e reprovação escolar. O Programa libera recursos para as escolas participantes via FNDE/PDDE. As análises apresentaram dados referentes aos gastos das escolas e a sua relação com os Projetos de Reestruturação Curricular (PRCs) de 91 escolas no estado do Paraná. O objetivo que norteou a pesquisa centrou-se no suporte financeiro do ProEMI concedido aos estabelecimentos de ensino que aderiram ao Programa e procurou verificar se tal suporte foi suficiente para a indução da mudança curricular. Como metodologia foram utilizadas análise documental e pesquisa empírica com entrevistas estruturadas com gestores, professores e sujeitos estudantes de duas escolas. Do trabalho realizado, concluiu-se que a implantação do Programa quanto à elaboração do PRC sofreu influência da SEED/PR, minimizando o envolvimento da comunidade escolar nas discussões e acompanhamento da política. O número de alunos atendidos pelo programa foi inferior ao delineado no PRC. A participação dos sujeitos estudantes nas discussões e decisões sobre a implementação da Política na escola ainda é incipiente e a integração do currículo do Ensino Médio um desafio ao ProEMI. O suporte financeiro do Programa é imprescindível para a escola, mas não o suficiente para a indução da mudança curricular e práticas diferenciadas.

Palavras-chave: Ensino Médio, ProEMI, Financiamento, Reestruturação Curricular.

1. Introdução

No presente trabalho, apresentamos os resultados de uma pesquisa cujo objeto de estudo compreende o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). Este Programa foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de induzir as escolas a um novo redesenho curricular com a proposição de ações de enfrentamento visando a contenção das elevadas taxas de abandono e reprovação escolar.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Na instituição do ProEMI, em setembro de 2009, pouco mais de dois meses antes da aprovação da Emenda Constitucional nº 59 (EC59), que determinou a obrigatoriedade do ensino à faixa etária de 4 a 17 anos – atendimento que deve ser garantido à população brasileira até 2016; o ProEMI já acenava para esta nova realidade da Educação no Brasil. Assim, ao lado da principal discussão da EC59, qual seja, a de que o poder Público deveria proporcionar ações que possibilitassem a permanência dos jovens nas escolas, com o atendimento pleno das suas necessidades e expectativas de vida, de realização pessoal, dos estudos e do mundo do trabalho; a lei também se referia ao direito subjetivo de os jovens de 15 a 17 anos terem acesso e condições de permanência nas escolas até a conclusão de seus estudos.

O ProEMI (Documentos Orientadores de 2011, 2013 e 2014) norteou as secretarias de educação (estaduais e do Distrito Federal), assim como as escolas selecionadas para a adesão ao Programa. Nesse movimento, dele se originou o Projeto de Reestruturação Curricular das escolas, cuja finalidade era a própria reorganização dos currículos do Ensino Médio, em atenção às Diretrizes Gerais para a Educação Básica, às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, aos Documentos de Base do ProEMI, às Matrizes de Referência do ENEM, sempre sendo respeitada a legislação específica do Sistema em que a escola estivesse inserida.

No estado do Paraná, em 2009, 84 escolas aderiram ao ProEMI, número ampliado, no final de 2011, para 93, de acordo com os dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC). Esse valor representa 6,15% do total de 1.511 estabelecimentos que ofertam o Ensino Médio no estado, sendo que as escolas que aderiram ao Programa, 12%, representam 50 municípios de um total de 399. Para esse conjunto de escolas, o ProEMI liberou, em 2012, R\$ 4.442.000,00, beneficiando 46.787 estudantes matriculados na etapa final da Educação Básica na Rede Estadual de Ensino do Paraná, ou seja, 11% de um total de 416.299 alunos.

Para entender como o montante liberado pelo ProEMI reverberou de modo positivo na comunidade escolar, na gestão das escolas, nas práticas dos professores e na vida escolar do estudante, debruçamo-nos nas intenções e nos pressupostos teóricos norteadores do ProEMI na tentativa de responder às seguintes questões: Em que medida os recursos liberados pelo ProEMI às 93

escolas paranaenses foram suficientes para a indução de uma nova política curricular? Os gastos efetuados pelos estabelecimentos de ensino estavam de acordo com o previsto no PRC de cada uma das escolas beneficiárias? Assim, a pesquisa teve como foco a análise de como as escolas empregaram os recursos recebidos e gastos em 2012, e se as ações desenvolvidas foram condizentes (se aproximaram ou se distanciaram) com as propostas do Projeto de Reestruturação Curricular. Como pano de fundo, outra questão orientou a pesquisa, qual seja, a da suficiência (ou não) dos recursos para a indução de uma nova política curricular para o Ensino Médio.

A hipótese orientadora dessa pesquisa² foi a de que o suporte financeiro do ProEMI seria imprescindível para as escolas que foram selecionadas para o Programa, mas não o suficiente para a indução da mudança curricular e para a instauração de práticas diferenciadas.

Os dados aqui analisados decorrem de uma pesquisa desenvolvida constante na Dissertação de Mestrado, cuja metodologia de pesquisa envolveu dois momentos: (i) análise documental das prestações das contas comparativamente ao PRC; e (ii) visita a duas escolas que, de acordo com o primeiro momento, os gastos realizados se aproximaram ou distanciaram do respectivo PRC. Neste segundo momento foram realizadas seis entrevistas estruturadas com gestores, docentes e discentes que estiveram envolvidos com o ProEMI. O período de realização da pesquisa foi o segundo semestre de 2014.

2. ProEMI e a implementação no estado do Paraná

O ProEMI foi instituído pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria Ministerial nº 971, de 9 de outubro de 2009, com o objetivo de apoiar as escolas que ofertam o Ensino Médio não profissional a desenvolverem propostas curriculares diferenciadas com vistas às necessidades e expectativas dos seus estudantes.

De acordo com os *Documentos Orientadores* do Programa Ensino Médio Inovador (2011, 2013 e 2014), a escola, ao aderir ao Programa, deve elaborar o Projeto de Reestruturação Curricular e organizar o currículo do Ensino Médio em

² Esta pesquisa foi financiada pela CAPES. No período de 2012 a 2014 tive o privilégio de participar do Grupo de Pesquisa “Observatório do Ensino Médio” da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

consonância com as Diretrizes Gerais para a Educação Básica, com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), com o próprio Documento Orientador do ProEMI, com as matrizes de referência do novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, também, considerar as normativas constituídas pelos Sistemas Estaduais de Ensino.

Os recursos para a implementação e execução do ProEMI foram definidos e autorizados por meio da Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE) nº 63, de 16 de novembro de 2011, de forma descentralizada às escolas no mesmo modelo do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e previsto para as escolas públicas mediante indicação das Secretarias de Educação que formalizassem desejo de proposta de adesão ao Programa.

Ao mesmo tempo em que o Ministério da Educação preocupava-se em elaborar políticas que pudessem fomentar ações de enfrentamentos dos desafios da última etapa da educação básica desde 2003, a Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR) também se ocupava em refletir sobre o contexto do Ensino Médio no estado, promovendo discussões e elaboração de propostas, mesmo que minimamente representadas por diretores e equipes pedagógicas, culminando, no final do ano de 2008, com a definição da oferta de um currículo semestral denominado pela SEED como Ensino Médio ofertado em Bloco de Disciplinas (EMB).

Dessa forma, o estado do Paraná passou a ofertar duas modalidades de currículo para as escolas integrantes da Rede Estadual de Ensino: currículo seriado anual e currículo seriado semestral em bloco de disciplinas. A adesão tornou-se facultativa, cabendo às escolas, por meio da sua respectiva comunidade escolar, decidir o currículo do Ensino Médio a ser ofertado em 2009.

O fato de a implantação do Ensino Médio em blocos semestrais (EMB) ter ocorrido em 2009, mesmo ano em que o MEC finalizou a elaboração do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), fez com que a SEED interpretasse que a política curricular EMB no estado do Paraná estava próxima da concepção do ProEMI no que se refere, principalmente, ao currículo inovador e, portanto, instituiu como prioridade de seleção para adesão ao programa as escolas que ofertavam o EMB.

A primeira expectativa para liberação de recursos do ProEMI às escolas paranaenses ocorreu em 2010, ano em que a SEB/MEC divulgou relatório listando as 84 escolas que aderiram ao programa e com a previsão da liberação dos recursos de acordo com as normas estipuladas pelo FNDE, o que efetivamente, não ocorreu.

O conjunto de escolas que aderiram ao ProEMI no Paraná recebeu em 2012, R\$ 4.442.000,00. Desse total liberado, as escolas gastaram R\$ 4.162.610,29. O restante do valor, totalizando R\$ 279.389,71, foi reprogramado para as escolas gastarem em 2013. Os dados da Coordenação de Apoio Financeiro, da Secretaria de Estado da Educação (CAF/SEED) revelam que 71 escolas gastaram 100% dos recursos liberados em 2012 e apenas 22 tiveram saldos reprogramados para serem gastos no ano seguinte.

3. Gastos do ProEMI no Paraná e a relação com o PRC das Escolas

O ponto de partida para a análise proposta envolveu os PRCs das escolas, disponíveis por meio do Plano de Atendimento Global (PAG) e pelas Prestações de Contas das escolas que gastaram seus recursos disponibilizados no ano exercício de 2012. A compreensão das normas para o recebimento e gastos dos recursos, contidos na Resolução CD/FNDE 63/2011, também é imprescindível, considerando o fato de ter sido um referencial das dimensões estruturantes do Ensino Médio presente na forma especificada nos Projetos de Reestruturação Curricular (PRCs).

Neste primeiro momento, a metodologia utilizada é análise documental definida por Bardin (1977, p. 45) como “tratamento da informação contida nos documentos acumulados” tendo como objetivo “dar forma e conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação”.

Assim, os documentos relacionados ao ProEMI (Prestações de Contas e Projetos de Reestruturação Curricular), classificados como fontes primárias (LUNA, 1996), foram utilizados de maneira concomitante para análise, a fim de que se pudesse observar se os itens foram adquiridos possuíam (ou não) relação com o respectivo Projeto de Reestruturação Curricular (PRC) de cada escola. De acordo com Bardin (1977, p 46), a análise documental “permite passar de um documento

primário (em bruto), para um documento secundário (representação do primeiro)". Tal informação é pertinente e relevante pelo fato de que a estratégia adotada ter possibilitado a observância com relação aos itens adquiridos e sua presença efetivamente registrada no respectivo PRC.

A estrutura das prestações de contas das escolas está constituída de: cotas (capital ou custeio); gastos (material permanente ou de consumo); grupo (equipamentos, mobiliário, material permanente, material didático, limpeza, esporte, recreação, informática, etc.); item (discriminação do que foi adquirido).

De posse desses dados, e tendo em mãos o PRC de cada escola, o trabalho transcorreu no sentido de categorizar estes gastos com a devida proximidade ou de distanciamento do respectivo projeto. Essa etapa exigiu muitas horas de trabalho, tendo em vista a natureza da atividade e também o fato de que não havia conhecimento prévio do pesquisador em relação à realidade da escola pesquisada. Cita-se, como exemplo, o fato de recursos serem gastos com reformas estruturais ou adequações prediais. Neste caso, foram entendidas como gastos aproximados ao PRC, considerando que as normas exaradas para os gestores das escolas previam a "aquisição de materiais e bens e/ou contratação de serviços necessários à adequação dos ambientes escolares relacionados às práticas pedagógicas indicadas nos projetos." (Res. CD/FNDE 63/2011).

Uma outra situação está relacionada com os gastos dos recursos da escola com material esportivo. No momento em que a informação era checada com o previsto no PRC, para se observar se tal material tinha ou não relação com o proposto pela escola, observou-se que, em alguns casos, o material adquirido não tinha qualquer relação com o Projeto, mesmo que essa aquisição tenha sido positiva ao ser direcionada para melhorar as práticas esportivas.

A maior dificuldade de análise foi exatamente esta: a de estabelecer relação entre a aquisição de material de expediente e o PRC, considerando a complexidade na realização de aproximação ou distanciamento do Projeto da escola. Esse grupo constante, como gastos nas prestações de contas, exigiu mais tempo e dedicação do autor, afinal, poderiam existir itens que possuíssem maior utilização no serviço burocrático da escola em detrimento do trabalho pedagógico proposto no PRC. Ao final, percebeu-se que esse grupo despontou como o mais importante para a análise, uma vez que nele se apresentaram as maiores discrepâncias em comparação com o que estava previsto no PRC.

Cada gestor, em consonância com a comunidade escolar, desenvolveu seus métodos para aquisição de materiais e não cabe, neste momento, tecer comentários ou emitir juízo de valor sobre os critérios adotados. Mesmo assim, vale registrar algumas ações de gastos que mereceriam um novo olhar, uma nova pesquisa. Cita-se, como exemplo, o fato de gestores gastarem com compra de equipamento para reprodução de cópias, enquanto outros gestores preferiram ou optaram pelo pagamento de serviços de reprodução de cópias que, possivelmente, seria o suficiente para a aquisição da máquina e do material a ser utilizado.

Sintetizando o trabalho de categorização com os dados das prestações de contas e correspondentes nos Projetos de Reestruturação Curricular, registra-se que foram categorizadas 91 prestações de contas de um total de 93 escolas que implementaram o ProEMI, em 2012, ou seja, 97%. A totalidade de escolas não foi atingida pelo fato de duas escolas receberem os recursos do Programa em 2012 mas não efetuarem gastos, sendo reprogramados para o ano de 2013.

Neste primeiro momento, do total analisado e da metodologia explicitada, objetivou-se estabelecer relação ou não dos gastos com os macrocampos previstos pela escola no seu PRC e constante no PAG. O resultado desta análise aponta para o percentual de aproximação dos gastos em relação ao PRC essencial para a definição do segundo momento da pesquisa, a visita a duas escolas, aquela que obteve a maior aproximação e o que teve maior distanciamento dos gastos com o Projeto de Reestruturação Curricular.

Neste segundo momento da pesquisa, a metodologia utilizada nas visitas às duas escolas, dispôs da realização de entrevistas estruturadas com três segmentos da escola: gestor, professor e sujeitos estudantes. O critério para a entrevista com o professor e os estudantes foi de que estes tenham participado das atividades propostas no PRC no processo de implementação da política; os alunos se matricularam no ano em que as atividades do ProEMI foram iniciadas (segundo semestre de 2012) e concluíram o Ensino Médio em 2014. De acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 73/74), as entrevistas estruturadas “são elaboradas mediante questionário totalmente estruturado, ou seja, é aquela onde as perguntas são previamente formuladas e tem-se o cuidado de não fugir a elas”.

O roteiro de entrevistas estruturado foi elaborado considerando todas essas precauções e consoantes aos três segmentos entrevistados quais sejam, gestor,

professor e sujeitos estudantes do ensino médio que participaram diretamente das ações do ProEMI nas escolas.

A análise documental (primeiro momento) permitiu apontar que do total das escolas que implementaram o ProEMI no Paraná, 29 (32%) realizaram gastos que atendem aos macrocampos propostos no PRC com percentuais entre 95 a 100%; 48 (53%) das efetuaram gastos que atendem parcialmente aos macrocampos propostos nos PRCs com percentuais entre 80 a 94% e, por fim, 14 (15%) das escolas gastaram recursos com itens que estão mais distantes do que os propostos em seus PRCs com percentual de até 79%.

Com a finalização dessa análise dos documentos foram destacados duas escolas que apresentaram maior aproximação dos gastos em relação ao seus PRCs (segundo momento da pesquisa). As escolas (A e B) localizados na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) gastaram todo o dinheiro recebido do Programa e totalizaram (100%) na aproximação do PRC elaborado especificamente pela escola. Um deles deveria ser selecionado e o critério utilizado foi o que recebeu e gastou maior valor do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e neste caso, o gestor da escola A, foi contatado e acolheu a indicação da pesquisa.

Dessa mesma análise extraímos a relação das escolas que receberam recursos do ProEMI, em 2012, e realizaram gastos, mas que, de acordo com a metodologia especificada, se distanciaram do PRC. Para a definição da escola a ser visitada utilizou-se como critério o percentual de distanciamento do gasto efetivado em relação ao PRC. Das quatro escolas (W, X, Y e Z), apenas X foi excluída da consulta tendo em vista o valor do recurso recebido, que neste caso, representaria metade do valor da escola A, sendo este indicado pelo critério estabelecido na metodologia da pesquisa empírica, face ao maior percentual de aproximação com o PRC proposto e o gasto efetivado. Foram consultados em novembro de 2014 os gestores das escolas W, Y e Z, nesta mesma ordem, e por justificativas plausíveis levando em consideração o encerramento do ano letivo, obteve-se somente o aceite do gestor da escola Z, localizada no interior do Paraná, que recebeu em 2012, R\$ 56.000,00 e gastou R\$ 52.100,00. De acordo com a análise por meio do critério utilizado, o recurso gasto significou 66% de aproximação ao PRC e está entre as quatro escolas que apresentaram menor percentual de distanciamento com o Projeto proposto.

A análise de aproximação dos gastos dos recursos ao PRC elaborado pelas escolas proporcionou indicar os campos de pesquisa empírica, sendo estas as escolas A e Z, respectivamente localizadas na Região Metropolitana de Curitiba e interior do Paraná. Elas foram visitadas na primeira semana de dezembro de 2014 e, neste mesmo período, foram realizadas entrevistas com três segmentos (gestores, professores e estudantes).

Da análise específica das escolas visitadas, apresentamos uma tabela comparativa com base nos PRC (contidos nos PAGs), Prestações de Contas e transcrição das entrevistas com gestores, sintetizando dados da implementação do Programa:

TABELA 1: COMPARATIVO DE DADOS DAS ESCOLAS “A” E “Z”

Descrição	Escola	
	A	Z
Recursos previstos PAG	R\$ 80.000,00	R\$ 56.000,00
Recursos liberados via FNDE/PDDE	R\$ 80.000,00	R\$ 56.000,00
Gastos realizados	R\$ 80.000,00	R\$ 52.100,00
Relação de proximidade dos gastos/PRC	100%	66%
Total atendimento/alunos previsto no PAG	1128	332
Número alunos atendidos	120	120
Ampliação da jornada/estudantes	5 horas	7 horas
Número de Macrocampos ofertados	4	2

FONTE: Elaborado pelo Autor, com base nos dados do SIMEC/MEC, FNDE/PDDE e Entrevistas/Escolas

Os valores previstos pelo Programa foram confirmados com o recebimento. A escola A, gastou 100% dos recursos do ProEMI ainda em 2012, enquanto a escola Z reprogramou R\$ 3.900,00 para 2013. Os números divulgados pelos gestores, em relação aos alunos atendidos pelo Programa, revelam que a escola A, atendeu menos de 10% do total de alunos previstos no seu PRC, enquanto a escola Z atendeu quase 30% da previsão realizada. A partir desses dados é possível afirmar que a escola que recebeu mais recursos e efetuou gastos com insumos e serviços com maior proximidade ao PRC atendeu menos estudantes do que a

escola indicada que recebeu menos recursos, obteve maior distanciamento dos gastos do Programa em relação ao PRC, atendeu mais alunos.

A partir das transcrições das entrevistas, elaboramos uma tabela utilizando questionamentos otimizados a partir das questões dos roteiros pré-elaborados para entrevistas. Para essa categorização, foram utilizadas questões respondidas pelos entrevistados que envolviam situações objetivas e relacionadas com a comunidade escolar e o cotidiano do Ensino Médio durante a implementação do ProEMI. A síntese da categorização envolveu ambas as escolas pesquisadas. A pontuação apontada na tabela, totalizam somatória de pontos das respostas das entrevistas das duas escolas.

TABELA 2: CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS/ENTREVISTAS REALIZADAS NAS ESCOLAS “A” E “Z”

Descrição	Gestor	Professor	Alunos	Total
A comunidade foi convidada a participar das discussões e da implantação do ProEMI?	3	2	1	6
Uma das finalidades do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares diferenciadas do Ensino Médio. Essa finalidade está sendo atingida pela Escola?	4	4	4	12
O PRC foi executado na sua totalidade?	4	2	*	6
As atividades desenvolvidas possibilitaram a integração curricular?	2	2	2	6
A comunidade se envolveu com a discussão e acompanhamento sobre os gastos dos recursos do ProEMI?	4	4	1	9
Os recursos foram suficientes para a implementação do ProEMI?	4	4	4	12

Legenda: 0 – Não; 1 – Parcialmente; 2 – Totalmente

* Questão não inclusa no roteiro de entrevistas/aluno.

FONTE: Elaborado pelo autor com fundamento na transcrição/entrevistas realizadas nas escolas A e Z.

Essas informações direcionam para os pontos mais fortes do ProEMI, que são os recursos, entendidos como suficientes para a implementação do Programa e, também, destacam o fato de o Programa ter atendido a uma das finalidades da

Política que é o de desenvolver propostas curriculares diferenciadas no Ensino Médio.

Algo que foi muito destacado pelos entrevistados se refere ao envolvimento da comunidade escolar nas questões que dizem respeito aos gastos e ao acompanhamento das aquisições. Gestores e professores avaliaram como positivo o envolvimento da comunidade no processo de implementação e gastos dos recursos do ProEMI. Os estudantes, de maneira geral, apontaram para a ausência de divulgação do Programa e, conseqüentemente, dos gastos dos recursos.

Outras ações destacadas como dificuldades enfrentadas na implantação e implementação do Programa estão relacionadas ao envolvimento da Comunidade com o ProEMI e justificam o fator tempo e burocracia como os maiores desafios para a convocação da comunidade.

Considerações Finais

Das análises dos documentos oficiais que instituíram a fundação do discurso orientador do ProEMI, a nossa prática em sala de aula e as visitas às escolas pesquisadas mostraram que o ProEMI tem contribuído com o fomento de discussões acerca do Ensino Médio brasileiro, inclusive por propiciar suporte financeiro à criação e à difusão de uma cultura escolar que busque um currículo mais dinâmico, mais flexível e mais compatível com as especificidades dos sujeitos estudantes.

Um dos pontos mais fortes do ProEMI são os recursos, entendidos como suficientes para a implementação do Programa. Todavia esses recursos não asseguraram uma reformulação do currículo com propostas diferenciadas no Ensino Médio. A entrada das escolas do Paraná no Programa pode ser interpretada como uma oportunidade em que se conjungiu uma série de vontades, de um lado, e de necessidades, de outro. De qualquer maneira, o ProEMI teve sua continuidade e os PRCs das escolas apontam para reformulações significativas para o Ensino Médio e para o atendimento ao público dessa Modalidade em particular, inclusive para os docentes que nela trabalham. Eis, portanto, um dos aspectos desta pesquisa que mereceria um acompanhamento mais detalhado, até mesmo para valorizar e divulgar ações que têm contribuído de fato para uma melhor e mais sólida formação dos nossos jovens estudantes.

Se nas próprias ciências encontra-se o aspecto dialógico dos discursos, no sentido de que um tema pode ser considerado, dependendo do ponto de vista,

positivo ou negativo; ou sobre toda afirmação é possível realizar uma negação; ou sobre a cada negação pode repousar uma contra negação e assim por diante; é evidente que várias contradições podem ser encontradas nas entrevistas realizadas, sendo que elas, no conjunto, aproximam os resultados do que acontece nas escolas pesquisadas. Um dos exemplos dessas contradições centra-se no fato de que os gestores e professores apontaram como positivo o “envolvimento da comunidade escolar” no acompanhamento do recebimento e dos gastos dos recursos do ProEMI. Talvez do lugar ou da perspectiva em que se encontram, esse envolvimento tenha sido mesmo positivo, apesar de esses profissionais reconhecerem as dificuldades impostas pelo fator “tempo” e pela “burocracia” referente aos ajustes devidos e necessários ao Programa, bem como as relações que os gastos devem ter com o PRC apresentado, etc.

Por outro lado, para os jovens entrevistados, porém, esse “envolvimento” se mostrou meio tímido, devendo o Programa passar por uma maior campanha de divulgação, de transparência e de envolvimento de todos os sujeitos da escola nas questões relativas aos recursos e aos gastos da Política. Outro tema importante e complementar a esta Dissertação, configura-se, desse modo, numa continuidade em que se pode apreender de diferentes lugares e perspectivas a questão do “envolvimento” dos sujeitos integrantes e constituintes da comunidade escolar com relação à participação ativa no acompanhamento do Programa.

Como resultado do trabalho de pesquisa realizado, fundamentado, aqui, no percurso da implantação e implementação do ProEMI, nas prestações de contas das escolas, nos PRCs propostos (constantes no PAG/PR) e nas entrevistas realizadas com os gestores, professores e sujeitos estudantes, hipoteticamente pode-se apontar as seguintes considerações:

- A elaboração do PRC por parte das escolas que aderiram ao ProEMI sofreu influência da SEED/PR, que propôs por meio de Instruções a proposição de atividades complementares sem observar a realidade dos sujeitos da escola.
- As questões burocráticas inerentes às normativas da Política reduzem o tempo para discussões e elaboração de propostas que possam de fato contemplar um maior envolvimento da comunidade escolar. Essas questões têm sido recorrentes nas falas dos gestores e professores.
- A participação dos sujeitos estudantes nas discussões e decisões da Política na escola ainda pode ser considerada incipiente, com pouco envolvimento.

- Por mais que os PRCs das escolas tenham sido elaborados, na visão dos gestores e professores, em prazo exíguo e sem maior envolvimento de todos os sujeitos da escola, percebeu-se que os jovens estudantes do Ensino Médio se envolveram com as atividades desenvolvidas do ProEMI, consideradas por eles como práticas diferenciadas das demais disciplinas da Base Nacional Comum.

- A integração curricular no Ensino Médio ainda é um desafio para a concretização por parte das escolas do ProEMI.

- A partir dos dados analisados e das escolas pesquisadas, é possível afirmar que os maiores enfrentamentos do Ensino Médio persistem no abandono e a reprovação escolar. Constata-se que as ações empreendidas estão reduzindo, mesmo que de maneira tímida, as taxas de abandono, ao contrário dos indicadores de reprovação escolar, que têm crescido nas escolas observadas.

- O número de alunos atendidos pelo ProEMI foi inferior ao número de alunos previstos para atendimento constante no Plano de Atendimento Global (PAG).

Esses pontos foram elencados a partir da análise e observação, propostas nesta pesquisa. Eles respondem à hipótese inicial de que o suporte financeiro do ProEMI concedido para os estabelecimentos de ensino que aderiram ao Programa se torna imprescindível para a escola, mas não assegura a reformulação curricular e criação de práticas diferenciadas. Não basta o Programa dispor desse suporte para a sua execução. Há necessidade de um conjunto de ações, tais como a formação de professores, discussões e decisões dos sujeitos da escola ao envolvimento da comunidade escolar nas ações de acompanhamento da Política.

Como pode ser observado nos itens topicalizados que retomam e reiteram em forma de síntese os resultados da pesquisa que orientou esta pesquisa, o suporte financeiro do ProEMI torna-se imprescindível para o sucesso da escola e das ações do conjunto de sujeitos que a integra. Com recursos financeiros disponíveis, há uma grande flexibilidade para a execução de propostas diferenciadas de trabalhos na unidade escolar, inclusive tornando factível a permanência dos estudantes neste espaço de troca de saberes e de experiências. Porém, tornou-se bastante evidente o fato de que o recurso financeiro precisa ser pensando conjuntamente pela comunidade escolar, inclusive como mote para criar os vínculos e os envolvimento dessa comunidade com a escola. Se ouvidas as partes, cujas ideias forem bem fundamentadas e convincentes, a escola encontra-se a um passo

de uma gestão democrática que ouça de fato a voz dos estudantes do Ensino Médio, contribuindo para sua realização como sujeito no e do mundo, ampliando o alcance de seus sentidos na relação com o outro e consigo mesmo e criando laços com os docentes e gestores que façam ser reconhecidos e respeitados os trabalhos desenvolvidos por esses profissionais da Educação.

Nesse sentido, o ProEMI pode estar contribuindo, além da liberação de recursos, para a reformulação de políticas internas das escolas que trabalham com o Ensino Médio, tanto no redesenho da matriz curricular como na sistematização de fazeres diferenciados que contemplem a particularização do universo dos jovens que integram as escolas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L.; **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BONI, V.; QUARESMA, S. J.; **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005.

BOURDIEU, P.; **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

Disponível em: http://200.181.15.9/ccivil_03/Constituição/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 25 out. 2013.

_____. Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Plano de Ações Articuladas**. Portal FNDE [on-line] Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>> Acesso em: 05 mar. 2013.

_____. Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Programas. Programa Dinheiro Direto na Escola**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Portal FNDE [on-line] Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/dinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>> Acesso em: 27 mai. 2014.

_____. Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE n. 31**, de 22 de julho de 2013. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas públicas dos Estados e do Distrito Federal de ensino médio selecionadas pelas respectivas secretarias de educação que aderirem ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nesse nível de ensino. José Henrique Paim Fernandes. **Diário Oficial da República Federativa da União**, Brasília, DF, 22 jul. 2013, nº 140, Seção 1, pág. 15. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4716> resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-31,-de-22-de-julho-de-2013> Acesso em: 24 jun. 2014.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102480&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. MEC. Portaria Ministerial nº 971, de 09 de outubro de 2009. **Institui o Programa Ensino Médio Inovador**. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. FNDE. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. 2011. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4716-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-31,-de-22-de-julho-de-2013>. Acesso em: 27 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. FNDE. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**. 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4716-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-31,-de-22-de-julho-de-2013>. Acesso em: 18 dez 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento orientador. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf. Acesso em: 24 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa: Ensino Médio Inovador**. Documento orientador. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf. Acesso em: 24 out. 2013.